

SUGESTÃO Nº 80 DE 2007



Câmara dos Deputados

APENSADOS

Comissão de Legislação Participativa

AUTOR:

ASSOCIAÇÃO GABRIELA SOU DA PAZ

DATA DE ENTRADA

16/11/2007

EMENTA:

Sugere Audiência Pública para debater o Projeto de Lei 7.053/06, que altera dispositivos do Código Penal e Processual Penal.

DISTRIBUIÇÃO/REDISTRIBUIÇÃO/VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____

Em: ____ / ____ / ____

Presidente: _____

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____

Em: ____ / ____ / ____

Presidente: _____

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____

Em: ____ / ____ / ____

Presidente: _____

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____

Em: ____ / ____ / ____

Presidente: _____

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____

Em: ____ / ____ / ____

Presidente: _____

PARECER:

DATA DE SAÍDA



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

CADASTRO DA ENTIDADE

Denominação: GABRIELA SOU DA PAZ

CNPJ: 08997125/0001-40

Tipos de Entidades: (X) Associação () Federação () Sindicato
() ONG () Outros ()

Endereço: Rua São Francisco Xavier, 39-apto 203, Tijuca -RJ

Cidade:Rio de Janeiro
Cep:20550-010

Estado:DF

Fone: (21) 97646979 E 88806979 Fax:25683878

Correio-eletrônico: www.gabrielasoudapaz.org

Responsáveis: Presidente : Cleyde Prado Maia Santiago Ribeiro

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que a documentação especificada nas alíneas "a" e "b" do art. 2º do Regulamento Interno da Comissão de Legislação Participativa, da Associação supramencionada, encontra-se regularizada até a presente data e arquivada nesta Comissão à disposição de qualquer interessado.

Brasília, DF, 16 de Novembro de 2007.

Amílcar Amaral Couto
Secretário em exercício

ASSOCIAÇÃO GABRIELA PRADO MAIA RIBEIRO

Ao Exmo. Senhor
Deputado Eduardo Amorim
Presidente da Comissão de Legislação Participativa

Senhor Deputado,

Encaminhamos à Comissão de Legislação Participativa a sugestão de Audiência Pública para debater o Projeto de Lei 7.053/2006, que altera dispositivos do Código Penal e Processual Penal.

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei 7.053/2006 foi o resultado de mais de três anos de árduo trabalho do Movimento Gabriela Sou da Paz. Ao final desse tempo, um milhão e trezentas mil assinaturas foram colhidas em todo o País cumprindo a exigência constitucional (art. 61, § 2º) da representatividade em cinco Estados da Federação.

Infelizmente, por motivos de ordem formal a proposta não pôde ser acolhida como projeto de lei de iniciativa popular, sendo recepcionada pelos Deputados Antônio Carlos Biscaia, Agnelo Queiroz, Chico Alencar, Juíza Denise Frossard, Moreira Franco e Rodrigo Maia. No entanto, no intuito de valorizar nosso empenho e dedicação, a Câmara dos Deputados juntou ao Projeto de Lei os formulários com todas as assinaturas. Atualmente o PL encontra-se na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado apensado ao PL 4.911/2005, de autoria do Deputado Alberto Fraga.

Nosso Projeto de Lei trata da alteração de seis itens da legislação, os quais consideramos essenciais para a redução da impunidade em nosso País, por exemplo:

- Progressão de regime pelo tempo total da condenação e não pelo tempo máximo que um condenado pode permanecer preso no Brasil (30 anos);
- Proibição de apelação em liberdade para o condenado por crimes hediondos; e
- Revogação do protesto por novo júri.

Creemos que em meio à onda de violência que assola o País, torna-se fundamental discutir mudanças na legislação que reduzam significativamente a impunidade e os altos índices de criminalidade verificados atualmente em nosso dia-a-dia. Por essa razão, encaminhamos a referida proposta para análise da Comissão de Legislação Participativa.


Cleyde Prado Maia Santiago Ribeiro
Presidente